



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 1 de setembro de 2012

A CRITICA Diz Mantega..... ECONOMIA	1
A CRITICA Riquezas Produzidas..... ECONOMIA	2
A CRITICA Insumos Regionais ECONOMIA	3
A CRITICA Insumos Regionais (continuação)..... ECONOMIA	4
A CRITICA ABRACICLO APONTA ECONOMIA	5
A CRITICA ABRACICLO APONTA (continuação)..... ECONOMIA	6
AMAZONAS EM TEMPO Dilma sanciona medida que amplia 'Brasil Maior' ECONOMIA	7
AMAZONAS EM TEMPO LOMAN ECONOMIA	8

Diz Mantega

Crise é apagar incêndios

SÃO PAULO (AE) - O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse, ontem, que a adoção de medidas estruturais divulgadas recentemente pelo governo levou ao crescimento do investimento, destacando que os recursos liberados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) saltaram de R\$ 50 bilhões ao ano quando ele ocupava a presidência da instituição de fomento para os atuais R\$ 150 bilhões.

“Uma crise como a atual afeta a produção, e cabe ao governo tomar medidas conjunturais. Temos medidas de longuíssimo

prazo que afetarão a economia nos próximos vinte anos”, disse Mantega, ao rebater as críticas de que o governo toma apenas medidas de curto prazo para combater a desaceleração da atividade em momentos de crise. “Quando temos uma crise dessa magnitude, temos de apagar incêndios, sim.”

Mantega defendeu o modelo de desenvolvimento posto em prática, segundo ele, há quase uma década, atrelado ao fortalecimento do consumo e à ascensão da classe C. Na avaliação do ministro, esse modelo deu resultado em 2009 e tem sucesso na crise atual. “Mas há uma combinação de medidas de curto e longo prazo”, ressaltou.

O ministro desferiu críticas aos países industrializados, os quais, em sua opinião, não adotaram medidas de incentivo ao consumo para impulsionar o crescimento.

Riquezas Produzidas

PIB no 2º trimestre: 0,4%

Índice frustrou a expectativa do mercado, que projetava para 2012 PIB de 1,5%

RIO (AG) - O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 0,4% no segundo trimestre, com a indústria registrando recuo de 2,5% nesse período, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na indústria, os setores mais prejudicados foram os de transformação e extração mineral, que "encolheram" 2,5% e 2,3%, respectivamente.

O mau desempenho da indústria, segundo a gerente da Coordenação de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca de La Rocque Palis, foi o principal responsável pela queda de 0,7% na taxa de investimento (formação bruta de capital fixo) em relação ao primeiro trimestre de 2012. O mesmo indicador teve retração de 3,7% em relação ao segundo trimestre de 2011.

O dado positivo do PIB veio da maior ocupação na administração pública e do consumo das famílias.

O segmento de serviços, no qual se encaixa a administração pública, foi o que mais cresceu



tanto em relação ao trimestre anterior (0,7%) como frente ao mesmo período do ano passado (1,5%).

Outro destaque positivo que ajudou no resultado do PIB do segundo semestre foi a agricultura, segundo Rebeca. Se no primeiro trimestre problemas cli-

máticos prejudicaram as safras, principalmente a de soja, o segundo trimestre começou com uma safra de café que, segundo Rebeca, promete ser "altíssima". As safras de milho e algodão também contam para o bom resultado na agricultura brasileira.

Blog

“ Robson Andrade

PRESIDENTE
DA CNI



“A indústria deve ter um desempenho neste segundo semestre, e o crescimento do setor pode ficar entre 1,5% e 1,7% no ano. Enfrentamos muitas dificuldades no primeiro semestre e a presidente sabe perfeitamente dos problemas. Com as medidas que o governo está tomando, como desoneração da folha, desonerações tributárias, redução da taxa de juros e melhoria do câmbio, certamente vai dar uma melhorada no segundo semestre. No entanto, a expectativa para a indústria não é a melhor. Os números são desanimadores em relação ao primeiro trimestre”.

Insumos Regionais

Modificação em 16 PPB's

Estudo com essa solicitação foi entregue pelas empresas do setor de componentes à Suframa

LUANA GOMES

luana.gomes@critica.com.br

Para driblar os atrativos dos produtos *made in China*, que concorrem diretamente com os similares do Polo Industrial de Manaus (PIM), os dirigentes das fábricas de componentes se movimentam para modificar 16 Processos Produtivos Básicos (PPB's) e "reacender" a chama dessa atividade.

Conforme estudo feito pela Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do PIM (Aficam) - entregue a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) -, a estimativa é que o setor anote neste ano um faturamento 39,81% inferior ao de 2011 (R\$ 316,50 milhões).

Os dados para essa leitura, a Aficam pegou nos Indicadores de Produção e Faturamento da Suframa, que apontam um registro de faturamento das componentistas na ordem de R\$ 95,25 milhões até junho deste ano. Desta forma, a queda foi projetada com base na análise de que este desempenho se repita no segundo semestre.

De acordo com o presidente da Aficam, Cristóvão Pinto, é preciso elaborar medidas que impulsionem a regionalização da produção. "As empresas do Polo Industrial de Manaus têm que passar a comprar na região", disse.

PARCIAIS

O estudo contém dados até ju-

lho, e mostra que, enquanto os principais demandantes de componentes no PIM fabricaram 33,07 milhões de unidades de produtos (ver tabela), o volume de produção das componentistas foi de 13,08 milhões de unidades. Apenas a fabricação de celulares correspondeu a 98,54% deste total, com 12,89 milhões de telefones móveis.

O diretor executivo da Aficam e responsável pelo estudo, Jhones Lima, avaliou que, se cada uma das indústrias de bens finais tivesse utilizado ao menos um componente local para seu produto, o volume de produção do setor seria na mesma ordem, de mais de 33 milhões.

Por meio de assessoria, o superintendente adjunto de projetos da Suframa, Gustavo Igrejas, argumentou que as propostas da Aficam estão sendo analisadas "com responsabilidade e cuidado" para evitar que as modificações resultem na inviabilização do produto final. "Ou seja, que a obrigação de comprar componentes locais torne o preço final do produto mais caro que o equivalente importado. O que seria prejudicial não só para o fabricante como também para o próprio setor componentista, que acabaria não tendo mais a quem atender", frisou.

Após a avaliação, a demanda deve ser encaminhada ao Grupo Técnico Interministerial (GT-PPB), responsável pela autorização das mudanças nos PPB's.



Presidente da Aficam, Cristóvão Pinto, projeta queda de 39,81% no faturamento dos fabricantes de componentes

RELAÇÃO ENTRE VOLUME DE PRODUÇÃO

Principais produtos demandantes de componentes no PIM - Volume Produzido				
Produto	2009	2010	2011	2012(1)
Autorrádios e aparelhos Reprodutores de Áudio	1.985.634	2.248.628	2.878.463	1.797.029
DVD Recorder Player (incluindo Blu Ray)	4.527.060	4.303.365	5.252.542	1.964.026
Receptor de Sinal de Televisão	8.078.901	8.109.725	12.253.218	6.345.863
Televisor com Tela de LCD	3.318.896	3.756.822	10.870.305	5.004.371
Televisor com Tela de Plasma	313.190	427.387	407.542	179.158
Microcomputador (Desktop e Tablet)	587.565	890.831	1.316.413	485.203
Condicionador de Ar de Janela ou de Parede de Corpo Único	644.737	1.004.140	1.124.427	153.237
Condicionador de Ar de Janela ou de Parede com mais de um corpo e Unit. Evaporadoras e Condensadoras	1.128.604	2.039.989	1.746.620	429.247
Forno de Microondas	2.239.044	3.211.059	4.146.004	1.092.048
Freezer	1.937.894	2.946.873	4.282.109	272.015
Motopompas, Motores e C/compôtor	1.504.905	1.819.080	2.120.609	984.029
Telefone Celular	17.047.815	18.290.057	23.532.887	12.868.418
Terminal de Auto Atendimento Bancário	5.143	3.254	1.052	450
Volume de produção no PIM (2009 - 2012)				
Produto	2009	2010	2011	2012(1)
Componentes	32.480.425	40.004.794	59.547.308	13.280.486

Fonte: DEMOGORBE - SUFRAMA/DADOS DOS FABRICANTES

(1) Até Junho - Dados parciais

Pontos

PPB's

Propostas feitas pela Aficam para 2013

- ❖ **Áudio e Vídeo**
 - ❖ Empresas que produzem 400 mil unidades por ano devem ser obrigadas a executar localmente 60% do processo de injeção plástica e de estampagem. Atualmente, as empresas precisam executar apenas 10%.
- ❖ **Televisor LCS**
 - ❖ O item segue os mesmos moldes do primeiro, assim como a obrigatoriedade de demandar 60% dos cabos e fios produzidos na região.
- ❖ **Microcomputador**
 - ❖ Neste caso, a obrigatoriedade das etapas só vale para as empresas que produzirem a partir de 500 mil unidades/ano.
- ❖ **Ar-condicionado**
 - ❖ A partir do próximo ano, o modelo para janela, que já conta com a obrigatoriedade na execução da injeção plástica e de estamparia, precisa fabricar 60% dos cabos de força ou tercelizar na ZFM.

Salto na mão

>> 30% inferior
De acordo com o estudo da Aficam não existem estímulos para que os fabricantes de bens finais adquiram componentes no mercado local. Pelo contrário, as medidas estimulam justamente o oposto. Sem a obrigatoriedade, as empresas de bens finais acabam optando pelo similar importado, com custo que pode ser até 30% inferior ao produzido na Região.

Insumos Regionais (continuação)

Proposta para alterar isenção

Aficam finaliza estudo em que propõe incentivo de ICMS só para quem adquirir componentes locais

Após o feriado de 7 de Setembro, a Aficam também deve enviar outro estudo para análise da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Amazonas (Sefaz/AM) referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS).

A proposta é que haja uma

progressão do incentivo por meio desse imposto às empresas do PIM, em função do índice de regionalização.

De acordo com o diretor executivo da Aficam, Jhones Lima, o estudo está em processo de finalização, mas o objetivo primordial é solicitar que uma em-

presa garanta a isenção (direito validado na legislação estadual 2.826 de setembro de 2003) apenas ao adquirir componentes locais. Lima apontou que, a reivindicação é que o incentivo seja concedido gradativamente, conforme a quantidade de componentes locais utilizados na

produção.

Apesar da ajuda extra do Governo do Estado, que vigora a partir de hoje - conforme anúncio do titular da Sefaz/AM, Isper Abraham, na reunião do Conselho de Administração da Suframa -, permitindo a isenção de 25% do imposto sobre Circu-



Isper Abraham manifesta cautela

lação de Mercadorias e Serviço (ICMS) na taxa de energia dos componentistas do setor de Duas Rodas, a entidade reitera que isto não é suficiente para "aquecer" o setor.

Embora ainda não tenha recebido o projeto da Aficam, o secretário de Estado da Fazenda, Isper Abraham, declarou que, por enquanto, não é possível condicionar determinado benefício às empresas do PIM, em função da crise econômica mundial que tem prejudicado as vendas. "O que não quer dizer que esta proposta não seja aceita em outro momento", disse.

ABRACICLO APONTA

Crédito é a saída para duas rodas

Apesar dos incentivos no ICMS, TSA e restrições de importações, setor quer crédito ao consumidor para recuperar prejuízos

CINTHIA GUIMARÃES

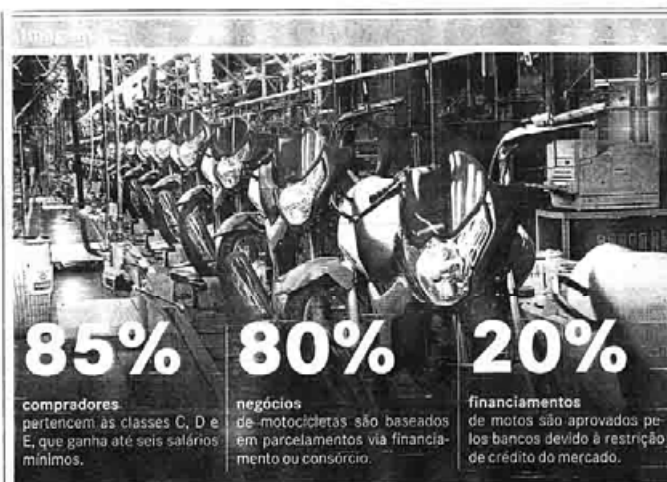
cynthiaguimaraes@critica.com.br

O diretor executivo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), José Eduardo Gonçalves, disse que o setor só poderá respirar aliviado e dar uma "guinada" nas vendas se o Governo Federal e os bancos facilitarem a política de acesso ao crédito para a venda final de motos, com urgência. O setor já recebeu incentivos da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) e da Suframa.

"Aguardamos ainda por parte do Governo Federal um incentivo mais focado no setor de financiamento, que tem sido o grande gargalo desses últimos meses. Nós temos esperança que elas (medidas) devam sair. O que nós precisamos mesmo é resolver a questão da alta seletividade na oferta de crédito para o consumidor final de motocicletas", explicou.

O diretor da Abraciclo ressaltou que os parcelamentos garantem a sobrevivência do negócio, já que as vendas foram recuadas ao longo do ano pelos bancos, devido ao alto índice de inadimplência do consumidor.

Gonçalves afirmou que vai precisar pelo menos de um mês para saber o impacto positivo das medidas de incentivos fiscais, anunciadas na quinta-feira durante a reunião



ção do Conselho de Administração da Suframa (CAS) quanto ao aquecimento das vendas e manutenção dos empregos na indústria.

Para aplacar a crise de produção e vendas do setor, 30 empresas que fabricam componentes para motos vão receber a partir de hoje, do Governo do Estado, 25% de isenção no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado na energia elétrica. As montadoras já possuem o benefício. Já a contrapartida

da Suframa será de reduzir em 50% a Taxa de Serviços Administrativos (TSA) cobrado das montadoras de motos.

VENDAS

A restrição ao crédito é vista como preocupante pela Abraciclo, uma vez que perfil do consumidor de motocicletas é de baixa renda, ou seja, 85% deles pertencem às classes C, D e E. "Somente os consumidores das classes D e E representam 48% das

compras de motos. Isso significa quase a metade, consumidores cuja renda familiar de até seis salários mínimos. Como essas pessoas vão comprar moto sem financiamento e consórcio?", questionou Gonçalves.

Para se ter uma dimensão desse mercado, 80% das vendas de motos efetuadas no País são parceladas, seja pela modalidade de consórcio ou financiamento.

O fato é que apenas 20% dos financiamentos requeridos pe-



Diretor executivo da Abraciclo, José Eduardo Gonçalves, reclama auxílio

recorrente eram parcelamentos em 48 vezes, sem entrada.

Associação

São associadas à Abraciclo dez fabricantes de motocicletas e motonetas, dentre as quais Honda, Yamaha, Kaskinski, BMW, Bramont, Dafra, Harley Davidson, Kawasaki, Suzuki e Draxx.

los consumidores aos bancos brasileiros são aprovados atualmente, segundo a Abraciclo. Para garantir a aprovação, o futuro comprador tem que dar pelo menos 20% de entrada do veículo e parcelá-lo em até 36 vezes. Antes, a forma de pagamento mais

recorrente eram parcelamentos em 48 vezes, sem entrada.

"Mesmo assim se você pegar o restante (à vista), ainda sim é entre aspas, porque o consumidor negocia com a concessionária parcelar esse 'à vista' em até quatro vezes. Realmente precisamos do parcelamento. Isso é pelo próprio perfil do comprador", revelou Gonçalves.

Para a Abraciclo, a motocicleta é um veículo de inclusão social no País, sendo o primeiro bem de muitos cidadãos, que o utilizam para o transporte e também para a geração de renda. "Como vamos deixar de atender a esse consumidor? Cabe a todos: governo, bancos e nós encontrarmos uma saída", apelou Gonçalves.

ABRACICLO APONTA (continuação)

Prejuízo de 13% nas vendas

Segundo Abraciclo, 195 mil motos deixaram de ser produzidas, de janeiro a julho deste ano

A projeção de 5% de crescimento na produção e nas vendas finais prevista de motocicletas para 2012 se transformou em

um recuo de 13%, explicou o diretor da Abraciclo José Eduardo Gonçalves.

"Entramos com objetivo de

crescer 5%. Como a dificuldade de crédito aconteceu, tivemos que rever essa projeção e a nossa nova expectativa é de retrair 13%,

em 2012. Isso é muito", reforçou.

O crescimento tem por base o ano de 2011, quando foram produzidas 2,137 milhões uni-

dades de motos, sendo que 2,044 milhões foram vendidas no atacado, incluindo o estoque. A entidade afirma que, com a situação, 195 mil motos deixaram de ser produzidas, de janeiro a julho deste ano, e 211 mil unidades ficaram paradas no estoque de vendas.

As dez empresas associadas à Abraciclo registraram baixa em 2 mil empregos. "Com pro-

dução retraída, os fabricantes forma obrigados a fazer ajustes no quadro de funcionário. Foram demitidos 10% do total de trabalhadores diretos. Temos 20 mil funcionários".

A Abraciclo acredita na recuperação do setor, o que condiciona a manutenção dos empregos do setor. O Brasil tem atualmente uma frota de 73,1 milhões motocicletas, sendo 19,2 foram acrescidas este ano.

Dilma sanciona medida que amplia 'Brasil Maior'

Publicada no Diário Oficial da União, a lei nº 12.712, referente à Medida Provisória 564, que prevê incentivos aos investimentos e exportações à indústria

Foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff, e publicada ontem no Diário Oficial da União, lei federal que oficializa pacote de incentivos aos investimentos e exportações à indústria. A lei nº 12.712 refere-se à Medida Provisória 564, editada em abril deste ano e adota ações vinculadas ao programa "Brasil Maior", do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e

Comércio Exterior (MDIC).

Entre outras medidas, a lei prevê a prorrogação, para até 31 de dezembro de 2013, de financiamentos com juros especiais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Anteriormente, os financiamentos estavam previstos para durar até o fim deste mês. Os empréstimos, com taxas reduzidas, destinam-se a financiar bens de capital

(máquinas e equipamentos) e investimentos em tecnologia e inovação.

Além disso, a nova lei cria a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias (ABGF), destinada a fornecer garantias contra riscos em operações de crédito, focando nos casos em que não tenham plena cobertura do mercado privado. Ela também autoriza à União a aumentar o capital social dos bancos do Nordes-

te e da Amazônia e a conceder subvenções para crédito nos fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (FDA e FDNE).

O programa "Brasil Maior" é definido pelo governo como política industrial, tecnológica e de comércio exterior da gestão da presidente Dilma Rousseff. O programa destina-se à implementação de medidas de desoneração dos investimentos e das exportações.

LOMAN

PGJ está em dúvida sobre Adin

MEG ROCHA

Equipe EM TEMPO

A assessoria da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) do Amazonas confirmou, ontem, que é incerto o ingresso de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a emenda à Lei Orgânica do Município (Loman) que mudou a linha sucessória do prefeito. A proposta de modificação à legislação municipal entrou em vigor na última terça-feira (28). A matéria chegou à casa no último dia 8 e estava tramitando em regime de urgência.

Porém, a possibilidade pode gerar instabilidade entre as procuradorias-gerais, do Ministério Público do Estado (MPE-AM) e a da Câmara Municipal de Manaus (CMM), tendo em vista que o procurador-geral do Legislativo municipal, Antônio Raimundo Barros de Carvalho, foi quem deu o suporte jurídico para aprovação da matéria na casa. "Há a possibilidade, ou não, que a PGJ proponha uma Adin sobre o caso. Entretanto, antes disso, é necessário verificar se os fundamentos respectivos estão presentes na emenda. A motivação para a abertura do estudo de Inconstitucionalidade e os fundamentos respectivos da emenda à Loman não podem ser revelados para que não haja interferência na análise do caso por parte da Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas", informou a assessoria do procurador-geral da PGJ, José Hamilton Sarai-

va Santos, destacando que é de competência do órgão propor ações contra objetos que maculam a Constituição Federal (CF).

Em resposta, o procurador-geral da CMM, Raimundo Barros, argumentou que a CF respalda a aprovação da emenda apresentada pelo Executivo municipal devido à especificação da atuação do Judiciário. "A partir da CF de 88, o magistrado de qualquer instância ou tribunal só poderá exercer um cargo de professor, o que inviabiliza o pedido de Adin, se porventura algum órgão quiser ingressar", explicou. Ele afirmou que o escalonamento previsto na CF, por exemplo, dá possibilidade do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) assumir o cargo ou mandato do presidente da República, em hipótese excepcional.

A emenda alterou a redação do artigo 75 da Loman, que trata da linha sucessória do prefeito e do vice-prefeito, em caso de ausência de ambos. Com a atual emenda, o procurador-geral do município torna-se o próximo na sucessão do cargo Executivo, depois dos dez membros da mesa diretora da CMM. Neste momento, todos os integrantes da mesa encontram-se impedidos de assumir a prefeitura, por serem candidatos na próxima eleição.

À reportagem, a Secretária de Comunicação do Município (Semcom) disse que só irá se pronunciar sobre o assunto após a notificação pelo órgão competente.



CMM aprovou emenda que muda sucessão municipal

Interferência entre poderes

De acordo com a mensagem da prefeitura, que acompanhou a apresentação da emenda, na redação vigente há "inconveniente de uma esfera do Poder em outra, na hipótese em que um membro de judiciário venha exercer, ainda que em substituição, um cargo de direção máxima no Executivo. Justo por isso, há necessidade de compatibilizar a norma com os demais arestos sobre o tema, fazendo com que as substituições recaiam em integrantes do Poder Executivo Municipal".

Até o último dia 27, a

cidade estava sob a direção do juiz de direito titular da 1ª Vara da Dívida Ativa Estadual, Ailton Luís Corrêa Gentil, o 5º juiz na sucessão do majoritário municipal, devido à ausência do prefeito, Amazonino Mendes (PDT), por conta do impedimento dos demais juizes que o antecedem, de assumir o cargo. O prefeito Amazonino Mendes teve que se ausentar para realização de exame de rotina, que culminou na identificação de obstruções em suas artérias coronárias e na realização de uma cirurgia no coração.